



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011967-08.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
Requerente: **ESPAÇO BIO CONDICIONAMENTO FÍSICO SÃO CARLOS LTDA**
ME
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que aceitou proposta da ré, com quem mantém contrato de prestação de serviços, para a troca dos dois aparelhos de telefonia celular que utiliza.

Alegou ainda que não os recebeu, de modo que almeja à condenação da ré ao cumprimento dessa obrigação de fazer.

A preliminar arguida em contestação não merece acolhimento porque a realização de perícia é prescindível à definição da causa, como adiante se verá.

Rejeito-a, pois.

No mérito, a ré admitiu ter contraído a obrigação destacada pela autora quanto à entrega de dois aparelhos de telefonia celular.

Ressalvou, porém, que cumpriu tal dever.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assim posta a questão debatida, é certo que tocava à ré demonstrar o que expendeu na peça de resistência, seja em decorrência da regra do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque seria inexigível que a autora produzisse prova de fato negativo.

Todavia, ela não se desincumbiu a contento desse ônus porque não amealhou elementos minimamente consistentes que denotassem a entrega dos aparelhos.

As "telas" constantes de fls. 31/32 não se prestam a tanto, pois foram confeccionadas unilateralmente e, como se não bastasse, por si sós não firmam a certeza do cumprimento da obrigação da ré.

Seria de rigor nesse contexto que ela coligisse o comprovante de entrega dos bens devidamente assinado por quem os teria recebido, mas não o fez, de sorte que até mesmo a efetivação de perícia grafotécnica transparece impossível.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, configurado de um lado o dever da ré e, de outro, a falta de lastro para estabelecer a ideia de que ele foi adimplido.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a entregar à autora no prazo máximo de dez dias os produtos adquiridos pela mesma e especificados a fl. 01, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de 3.000,00 (três mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**